

“O regulador não se queixa sobre as pressões exercidas”

Azeredo Lopes considera que é a fragilidade económica que coloca em causa a independência dos meios

FILIPE PACHECO

filipepacheco@negocios.pt

O presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social encara com preocupação a fragilidade económica dos meios.

O último ano foi pródigo em alegados casos de pressões. Nesse plano, estaríamos pior se a ERC não existisse?

Os casos deste ano deram bastante que falar. Estou a pensar, por exemplo, no caso “Sol” e no caso TVI. Registei uma coisa, para mim gratificante – regra quase universal que quando uma decisão desagrada ao queixoso a partir daí a afabilidade que ele tem para com o regulador transforma-se numa hostilidade pública consistente. Já existe a relativa objectividade de dizer: “fizem o que tinham a fazer, mas não gostei da decisão, não concordo”. Se pensar em casos extremamente pesados ao longo destes 4 anos...

É curioso que esses casos pesados foram quase sempre arquivados.

O peso dos casos de pressões é atribuído pelo espaço público. Não me estava a referir a esses casos. Para mim, casos pesados são o do quinto canal. Não é saber se o Joaquim telefonou ao Albano. São casos pesados porque eu sei a pressão que é exercida sobre o regulador.

Quais são as pressões sobre o regulador?

O regulador não se queixa sobre as pressões exercidas. Não só não se queixa como não tem de se pronunciar sobre esse assunto em público. Nunca me verá a fazer grandes revelações. Entendo que o interesse de pressão é completamente natural em qualquer actividade onde se interliguem interesses contraditórios.

Mas, no caso “Sol”, alegadamente a pressão implicava coacção.

Isso entra precisamente no campo da pressão ilegítima. Agora, aqui-

lo que a meu ver se assistiu, e não é de agora, é que o conceito de pressão é igual ao de pressão ilegítima. Não é. Ou então não percebo o que é que um jornalista está a fazer neste mundo.

O director do “Sol” falou de uma pressão que entrava no campo da pressão ilegítima.

Foi denunciado um telefonema pelo arquitecto [José António] Saraiva, de quem foi destinatário um membro da sua direcção [Mário Ramires]. Questionado, o destinatário do telefonema diz que o teor do telefonema não é exactamente assim. Mas não é exigível ao arquitecto Saraiva que tenha uma precisão de relojoeiro na descrição de uma conversa. Questionado sobre quem foi essa pessoa, ele disse que não dizia o nome dessa pessoa. O que é que o regulador devia fazer? Condenar incertos?

Disse na comissão de Ética que é muito difícil provar a existência de pressões por ser apenas possível recolher versões contraditórias...

Por isso sou tudo menos entusiasta deste tipo de processos. Tenho receio de que rapidamente resvalem para pão e circo.

Servem para alimentar o espaço mediático?

Não intencionalmente. Se verifico que depois de processos morosos, com inúmeras audições, chego ao fim e me deparo com um beco sem saída, naturalmente fico preocupado com aquela tentação que resulta da pressão do espaço mediático de: “Vamos abrir um processo.” O efeito acaba por ser nocivo se sistematicamente dissermos que não foi coligida prova suficiente para...

Está a antecipar o arquivamento do processo TVI?

Não. Se há caso em que exprimi publicamente a minha opinião em declaração de voto e onde procurei sempre que todos os meios fossem

Sou tudo menos entusiasta de processos como o do “Sol”. Receio que resvalem para pão e circo.

AZEREDO LOPES

Presidente da ERC

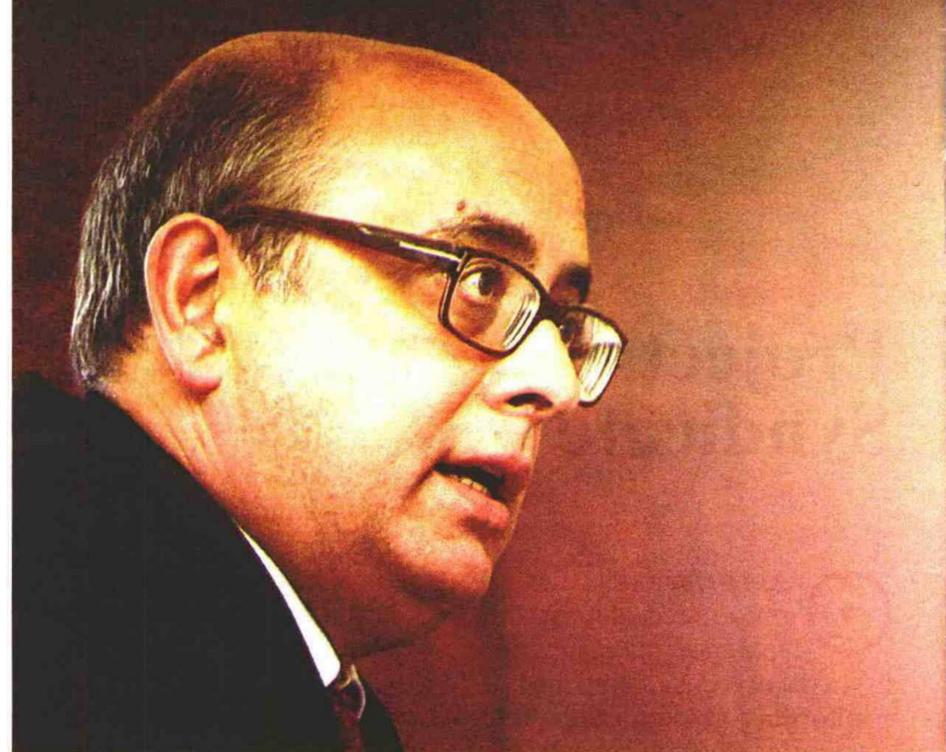
disponibilizados para que a investigação possa ter ido avante é este. Não participei nas audições. Há um momento em que uma pessoa, não concordando, deve dar um sinal, embora me tenham acusado de ter metido férias.

Foi fruto de pressões políticas?

Está a imaginar-me a meter férias para não estar cá no dia das audições? É absolutamente extraordinário, e [ironiza] é altamente provável uma conspiração política por causa do desgraçado do presidente do conselho regulador fazer quatro ou cinco dias de férias na altura do Natal.

E como avalia o estado da liberdade de imprensa?

Os riscos que corre a liberdade de imprensa resultam muito mais de uma desvalorização do estatuto do jornalista, do estatuto remuneratório ou da compressão do mercado de trabalho do que de factos isolados de pressão. É evidente que aqui há um empobrecimento da liberdade de imprensa e uma mais forte permeabilidade à existência de influências condicionadoras.



“É inaceitável a acusação”

Azeredo Lopes responde a Nuno Vasconcelos, e diz que quando o BESI foi mandatado, a Ongoing já tinha previsto a decisão da ERC

FILIPE PACHECO

filipepacheco@negocios.pt

Tem noção que o seu mandato poderá ficar conhecido como aquele que impediu a existência de um quinto canal?

Não. O meu mandato será marcado pela existência de candidaturas que não preencheram os pressupostos para ser o quinto canal. Daqui a pouco, está a responsabilizar-me pelo preenchimento ou não dos pressupostos das candidaturas.

A ERC recorreu da providência cautelar para permitir que o Governo abrisse um novo concurso. E agora o Governo diz que está à espera que o processo principal termine.

Não recorro para o Governo fazer o que quer que seja. Não gasto um tostão do dinheiro da ERC para viabilizar o que quer que seja ao Governo. Eu recorri porque a ERC, por sistema, recorre quando considera que tem razão.

Mas a Telecinco alega que a análise que fundamentou a posição da ERC é pouco consistente.

Peço desculpa, mas não consigo perceber em que é que a actualidade do mercado publicitário contradita o relativo pessimismo que exprimimos quanto à situação do mercado publicitário e quanto às receitas expectáveis que uma das candidaturas pretendia demonstrar ser possível alcançar quando

ção de manipulação de mercado”

obtivesse a licença.

O tempo que a ERC demorou a tomar a decisão da Ongoing não acabou por prejudicar a entrada na Media Capital?

A ERC é solicitada pela Autoridade da Concorrência em meados de Outubro de 2009. A ERC decide em Janeiro de 2010. Isto significa que a ERC demorou, em dias corridos, 85 dias. Em dias úteis dá 60 dias. Se alguém for capaz de me apontar uma decisão mais rápida em decisões de mercado desta importância, seja aqui seja lá fora, estou disponível para comparar prazos.

Nuno Vasconcelos disse que a decisão da ERC manipulou o mercado. Como reage a essa acusação?

A 2 de Dezembro de 2009 é a própria Ongoing que comunica à ERC que já tinha mandatado o BESI para alienar o capital que de-

tinha na Impresa. Isto significa que entre Dezembro de 2009 e antes da decisão da ERC – a primeira pronúncia a ter sido tomada, a 20 de Janeiro de 2010 –, a Ongoing pôde definir livremente a sua estratégia de alienação das suas participações. Quase dois meses. Não será que a Ongoing antecipou o que lhe parecia inevitável ser a decisão do regulador? O que não considero aceitável é que a não concretização da operação seja imputável à ERC e que se diga que se tenha tratado de uma manipulação do mercado.

O caso Ricardo Rodrigues. Considera normal um deputado tirar gravadores a jornalistas?

Não vou repetir o nosso comunicado. A única coisa que posso confirmar é que o senhor deputado Ricardo Rodrigues contactou a ERC para proceder à entrega desses gravadores e eu recusei.

Não aceito que imputem a não concretização da operação de aquisição da TVI à ERC.

AZEREDO LOPES

Presidente da ERC